



INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

OCCASIONAL PAPER N.º 56

ELEIÇÕES NA ALEMANHA: AS INCERTEZAS ALEMÃS E EUROPEIAS¹

Patrícia Daehnhardt,

IPRI-UNL

20 | Setembro | 2013

O que começou por ser uma campanha eleitoral com poucas incertezas revela-se agora como corrida emocionante até ao último minuto. As eleições legislativas alemãs, este domingo, serão uma das eleições mais interessantes da história recente da Alemanha. Como afirmou o secretário-geral do Partido Cristão-Democrata (CDU), Hermann Gröhe, um dia depois das eleições do último domingo no Estado da Baviera: «não temos nenhum voto para oferecer». Esta afirmação foi feita na sequência do ‘chumbo’ do FDP, partido liberal e parceiro de coligação no governo de Angela Merkel, para a entrada no parlamento federado de Munique, ao não alcançarem os 5% necessários na eleição regional de 15 de setembro. Correndo o risco de que este ‘desastre liberal’ se repita nas eleições legislativas este domingo, esta última semana de campanha trouxe à superfície o nervosismo não apenas do FDP, mas de todos os principais partidos políticos.

E há razões para isso. As últimas sondagens publicadas ontem pelo canal televisivo estatal ZDF mostraram que a corrida mantém-se renhida: a três dias das eleições, as sondagens realizadas pelo barômetro político ZDF atribuem 40% à CDU/CSU, 27% ao

¹ Uma versão actualizada e abreviada deste texto foi publicada no jornal *Público* de 22 de Setembro de 2013.

SPD, 9% aos Verdes, 8.5% ao Die Linke, 5.5% ao FDP, e 4% ao recém-criado partido AfD (Alternativa para a Alemanha). Isto daria à coligação CDU/CSU e FDP (no poder desde as últimas eleições em 2009) 45,5%. A coligação SPD-Verdes não alcançaria a maioria necessária para formar governo, o que a obrigaria a coligar com o partido de esquerda *Die Linke* (cenário rejeitado tanto pelo SPD como pelos Verdes), dando-lhes 44,5%, um ponto percentual menos do que à coligação de Angela Merkel. Com 34% do eleitorado alemão indeciso quanto à intenção de voto, o desfecho destas eleições permanecerá emocionante até ao fim.

O nervosismo parte da incerteza quanto à constelação da futura coligação de governo. Se não existem dúvidas quanto a Angela Merkel permanecer Chanceler e a CDU ser o partido mais votado, isto não será suficiente para garantir a reeleição da actual coligação entre CDU/CSU e FDP. Perante a improbabilidade de a CDU alcançar sozinha a maioria absoluta, está, até depois do resultado das eleições em aberto que tipo de coligação irá liderar a Alemanha nos próximos quatro anos. No partido de Merkel emergiram dúvidas quanto à viabilidade de continuação da coligação com os liberais FDP, já que o mau resultado destes na eleição, na Baviera, e a possibilidade da não entrada do FDP no parlamento federal despoletou uma verdadeira caça ao segundo voto. A lei eleitoral alemã exige dois votos: um primeiro voto para a escolha do candidato local a representar o seu círculo eleitoral no Bundestag e onde ganha apenas o candidato mais eleito; um segundo voto onde o eleitor atribui a preferência a um dos partidos que concorrem às eleições legislativas. Isto significa que, depois da nova lei eleitoral adoptada este ano, o segundo voto é agora, ainda mais decisivo para a escolha do próximo(a) Chanceler. Perante o cenário de exclusão do FDP do Bundestag, dar o segundo voto à FDP seria, da perspectiva da CDU, um voto desperdiçado – o que levou a CDU a fazer campanha a favor do voto estratégico, durante esta semana, junto de potenciais eleitores do FDP, para votarem duplamente na CDU. Do seu lado, e numa atitude de desespero, a FDP passou a fazer campanha para que seja ela a receber o segundo voto dos eleitores favoráveis à manutenção da coligação existente, argumentando no sentido de «dar o segundo voto ao FDP significa garantir a reeleição de Merkel».

O Partido Social-Democrata (SPD), por seu turno, não precisa de reear que o seu parceiro de coligação preferido, os Verdes, não atinga os 5% para integrar o parlamento federal em Berlim, mas corre o risco de não obter com eles a maioria necessária para formação de governo. O SPD, e o seu candidato a Chanceler, Peer Steinbrück, encontram-se por isso num dilema estratégico: Steinbrück disse repetidamente que não

faria parte de um governo de grande coligação entre a CDU e o SPD, com Merkel como Chanceler e Steinbrück como ministro (das finanças, por exemplo, como aconteceu na Grande Coligação entre 2005 e 2009). Por outro lado, o SPD, na figura do seu líder partidário, Sigmar Gabriel, rejeitou ainda ontem uma coligação com o partido *Die Linke*. Dai que, como uma coligação com os Verdes em conjunto com a FDP seria improvável para o SPD e como uma coligação com os Verdes em conjunto com a AfD seria inaceitável para o SPD, o primeiro cenário de Grande Coligação torna-se, para o SPD, o mais realista, apesar de problemático.

Os Verdes, à semelhança da FDP têm vindo a perder eleitorado e apesar de não terem de recear a exclusão do Bundestag, deparam-se com um número decepcionante para se afirmar como parceiro atrativo para a SPD.

Die Linke, o partido de esquerda que encontra o grosso dos apoiantes nos eleitores oriundos da antiga Alemanha Democrática, reúne, segundo a sondagem de ontem quase tanto apoio (8,5%) como os Verdes (9%), mas não é um parceiro de coligação para nenhum dos outros partidos, por ter uma posição crítica, por exemplo, quanto à pertença da Alemanha na NATO, a intervenções militares internacionais ou à política europeia do actual governo.

A grande incógnita é a *Alternative für Deutschland*, partido recém-criado, crítico do euro e da forma como a Chanceler tem posicionado a Alemanha na crise económica e financeira na zona euro. Se a AfD obter os 5% necessários (a sondagem do ZDF dá-lhes 4%, uma sondagem para o jornal Bild deu-lhes esta semana 5%) conseguirá, provavelmente, à custa de mandatos para a CDU, o que aumentaria a pressão para a constituição de um governo de grande coligação CDU e SPD. Este partido é por isso uma ameaça principalmente para a CDU e a FDP: mesmo que não entre no Bundestag, este novo partido que reúne académicos e comunica em tom populista atrai votos do eleitorado liberal e conservador que antes votava na FDP ou na CDU. O que para a política parlamentar em Berlim poderá ser visto como um *déjà vu*: se a partir de 2007 (ano em que foi criado) o partido Die Linke se tornou o partido *spoiler* para o centro-esquerda no Bundestag – porque lhe retira votos, agora o partido AfD poderá tornar-se o partido *spoiler* para o centro-direita ao atrair eleitorado das franjas deste campo.

No domingo, também toda a Europa, e principalmente a Europa da zona euro estará de olhos postos em Berlim, numa ansiedade que confirma o papel da Alemanha como potência central europeia. Apesar de a campanha se ter focado essencialmente sobre

questões internas como a justiça social, o salário mínimo, a política de família, a reforma e a saúde, os parceiros europeus da Alemanha aguardam, não com menos nervosismo e expectativa, o resultado das eleições. Não tanto para saber quem será o novo incumbente do Kanzleramt (a mesma sondagem revela a preferência de 58% dos eleitores por Angela Merkel e 32% de eleitores por Peer Steinbrück), mas para conhecer a nova constelação de governo e porque ao fim de semanas de impasse quanto ao futuro rumo da crise europeia do euro, esperam maior clareza e um rumo de Berlim face a decisões que têm sido adiadas devido às eleições: um rumo quanto à resolução da crise económico-financeira da zona euro, quanto a estratégias de crescimento económico e quanto ao avanço da união bancária.

Contudo, independentemente de qual será a nova constelação de governo depois deste domingo – ao qual se seguirá um período negocial entre os partidos para formação de governo – será improvável que a Europa receba da Alemanha aquilo que mais necessita neste momento: uma liderança forte, voluntária e consensual, aceite pelos parceiros europeus, que fortaleça a União Europeia, e que acabe com as incertezas quanto às oscilações entre uma nova auto-confiança assertiva e uma política por vezes excessivamente cautelosa. Nenhuma das futuras coligações parece inclinada para assumir esta liderança da Alemanha na Europa, se bem que um dos *slogans* do candidato Steinbrück para a política interna «moldar e não apenas administrar» (*gestalten und nicht nur verwalten*) poderia servir de orientação para qualquer que seja o próximo governo alemão. Mas não é nisto que os eleitores alemães, este domingo, irão pensar ao votarem nos próximos quatro anos políticos na Alemanha.